

Crise global, solução local: práticas culturais impulsionando o debate climático nas periferias

Marcele Oliveira¹

Sumário executivo

A diversidade cultural do Brasil é mundialmente conhecida, do Carnaval da Sapucaí, no Rio de Janeiro, ao Festival de Parintins, no Amazonas. Isso é relevante pois, apesar de toda a polaridade social que os últimos anos nos trouxeram, ainda é possível dizer que a cultura nos une e segue sendo um dos maiores expoentes econômicos nacionais². Cultura, com C maiúsculo, não é apenas lazer e entretenimento, mas também a expressão de nossos hábitos, costumes e tradições compartilhadas, que moldam nosso cotidiano, de forma inconsciente ou não, e permeiam os caminhos que vamos trilhar para o futuro enquanto sociedade.

Nessa perspectiva, é essencial reforçar que nosso país é um dos mais megabiocdiversos do mundo, e reconhecer nossos seis biomas³ é primordial para impulsionar a reflexão de que protegê-los é uma prioridade. Precisamos de ações práticas que envolvam uma escuta ativa dos protetores e protetoras da terra, historicamente negligenciados, como comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas, cujos modos de vida estão interligados ao ecossistema em que vivem. Proteger a Cultura, o território e suas individualidades está intimamente conectado à necessidade de estabelecer uma cultura de risco⁴ que aponte os caminhos para adaptação e mitigação das emergências causadas pela exploração desproporcional da natureza, que, por sua vez, ocorre em prol de um desenvolvimento econômico que não protege nossos patrimônios materiais e imateriais.

Com o clima do debate ambiental cada vez mais quente, fortalecer uma narrativa do local ao global com práticas culturais pode ser um acerto do governo brasileiro, que se prepara para receber a COP30 em 2025. Nos estudos culturais, a perspectiva da virada cultural, cunhada por Stuart Hall, teórico cultural e sociólogo britânico-jamaicano, aborda que “os processos econômicos e sociais (...) também têm que ser compreendidos como práticas culturais, como práticas discursivas” (Hall, 1997, p. 27-29) e que a cultura pode e deve ser motriz das mudanças constitutivas da vida social.

Se passamos a priorizar a mudança de consciência humana e as ações coletivas, em vez de números em boletins, essa virada pode acarretar no impulsionamento de diversas outras pautas sociais — que defendem não só o meio ambiente, mas também a democracia e a ima-

1. Produtora cultural, comunicadora, ativista climática, Mestre de Cerimônias do Circo Voador e Diretora Executiva do Perifalab.

2. Estudo mostra que o PIB da economia da cultura e das indústrias criativas supera o da indústria automobilística — Ministério da Cultura (Brasil, 2023).

3. Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.

4. Termo comum no setor empresarial, voltado para organização prévia de protocolos para gestão de crises, dimensionando os riscos e as ações necessárias de forma transparente e efetiva. Cultura de risco, na perspectiva do enfrentamento da crise climática, é a construção de protocolos de emergência com transparência e ampla divulgação, de forma a salvar vidas no momento dos eventos climáticos extremos, é uma base para a garantia da justiça climática. Tem a ver com ciência, com informação e com uma mudança cultural na nossa sociedade, que ainda está embasada em uma cultura de exploração e destruição.

ginação de um outro sistema de vida. Abandonaremos o habitar colonial, como propõe o caribenho e cientista político Malcom Ferdinand, e produziremos uma ideia de biointeração, conceito do filósofo quilombola encantado Nego Bispo, para contrapor a ideia embranquecida de sustentabilidade.

Ao alinhar de forma multisetorial que a cultura é a soma de diferentes acordos pré-estabelecidos para cada pessoa e lugar, validados historicamente e passíveis de mudanças conforme as questões ao redor, iniciaremos uma nova virada, utilizando o setor cultural como parte central da estratégia, principalmente nas regiões periféricas afetadas pelas mudanças do clima. A virada que a nossa geração precisa está relacionada à construção de uma frente de políticas públicas em torno de uma “virada cultural” (Hall, 1997), com um forte compromisso com as pautas ambientais, formulando assim uma “virada socioambiental” que, através da informação e pressão pública, pode salvar vidas, histórias e culturas por todo o país.

Entre possíveis recomendações de soluções baseadas na cultura, destaco:

- Descarbonização do financiamento do setor cultural, trazendo o protagonismo para um fundo gerido que pode ser redistribuído através das leis de financiamento federais (Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo), fomentando o fazer cultural nas periferias, sem associá-lo a marcas e empresas, barrando o *greenwashing* — prática cada vez mais comum no setor cultural;
- Construção de um conselho interministerial composto por servidores públicos, articuladores territoriais, gestores de equipamentos públicos e privados, além de representantes da sociedade civil e do setor privado, para estabelecer um diálogo permanente com o Ministério da Cultura (MINC), o Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMAMC), Ministério da Igualdade Racial (MIR) e Ministério dos Povos Indígenas (MPI). O objetivo é criar um protocolo de emergência embasado na ampliação de uma cultura de risco, que integre as agendas de cultura e clima, e que oriente eventos, festivais, espaços culturais, pontos e pontões de cultura, entre outros;
- Construção de protocolos para aplicação e fiscalização de uma linha obrigatória de sustentabilidade (semelhante à acessibilidade) em atividades culturais, com cumprimento de serviços ambientais e relatórios de impacto sobre carbono e resíduos. Exemplo: Parceria com cooperativas de reciclagem em eventos de grande e médio porte, projetando ecopontos visíveis e garantindo visibilidade ao trabalho dos agentes ambientais, promovendo conscientização por meio da sinalização adequada das lixeiras para materiais recicláveis e orgânicos.

Palavras-chave

Cultura e Clima; Conscientização; Mudanças Climáticas; Justiça Climática; Cultura.

A “virada cultural” está intimamente ligada a esta nova atitude em relação à linguagem, pois a cultura não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas. O próprio termo “discurso” refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento. Dizer, portanto, que uma pedra é apenas uma pedra num determinado esquema discursivo ou classificatório não é negar que a mesma tenha existência material, mas é dizer que seu significado é resultante não de sua essência natural, mas de seu caráter discursivo. A “virada cultural” amplia esta compreensão acerca da linguagem para a vida social como um todo (Hall, 1997, p. 29).

1. É preciso fazer o jogo virar: adendos importantes na percepção da crise

Mesmo fazendo parte há décadas do cotidiano de comunidades vulnerabilizadas, a crise climática tem sido reconhecida por um número crescente de pessoas através da cobertura jornalística mais recente dos eventos extremos. Só em 2024, o Brasil acumulou uma série de desastres: enchentes no Rio Grande do Sul, degradando os Pampas; demora no reestabelecimento de energia após uma tempestade em São Paulo, que destruiu árvores nativas da Mata Atlântica; Santarém, no Pará, liderando o ranking da pior qualidade do ar do mundo, mesmo em plena floresta Amazônica; e queimadas em todo o território nacional, com destaque para a seca nos biomas Pantanal e Cerrado.

Em pesquisa em parceria com a Universidade de Oxford e a empresa GEOPOL, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apontou que 70% da população brasileira já foi atingida por algum tipo de evento climático extremo, e cerca de 80% está de acordo com medidas rigorosas de enfrentamento à crise do clima por parte das instituições governamentais (PNUD, 2021). Não por acaso, a plataforma Vote Pelo Clima⁵ — uma iniciativa do NOS-SAS, em parceria com o Clima de Eleição e diversos parceiros da sociedade civil — mapeou mais de 1.200 candidaturas comprometidas com a pauta climática nas eleições municipais de 2024. Afinal, ninguém quer parecer alheio ao debate mais importante da nossa geração.

Na indústria cultural, a sigla ESG (Environmental, Social and Governance) já estampa revistas e embala propostas bilionárias. Em termos de legislação, a ISO 26000⁶ é um exemplo de norma que estabelece diretrizes de responsabilidade social para empresas que desejam implementar programas alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). A questão é que não existe uma regulação que exija a implementação efetiva dessas diretrizes, monitorando indicadores e estabelecendo parâmetros obrigatórios com fiscalização transparente. Assim, muitas vezes, a regra é utilizada somente para gerar visibilidade positiva para empresas sem um verdadeiro compromisso. Bola fora.

Outra iniciativa, no campo empresarial, é o Sistema B⁷, uma comunidade global de líderes que usam os seus negócios para a construção de um sistema econômico mais inclusivo, equitativo e regenerativo para as pessoas e para o planeta. Ingressar nessa rede é um processo

5. Para mais informações sobre o Vote pelo Clima, consulte [aqui](#).

6. Para mais informações sobre a ISO 26000, consulte [aqui](#).

7. Para mais informações sobre o Sistema B, consulte [aqui](#).

“Capazes de fortalecer, através da arte, a cobrança sobre países desenvolvidos e empresas, e mestres em enfrentar com inovação e criatividade os desafios da transição energética e das soluções baseadas na natureza, os fazedores de arte e cultura podem e devem ser atores estratégicos na pauta climática.”

trabalhoso, exigindo uma certificação própria e específica, sem incentivos ou isenções para a adesão. Aqui a bola é dentro. Mas qual a efetividade de seguir, em plena crise climática, contando com a boa vontade dos donos de empresas, mineradoras, empreiteiras, petroleiras, agências e grandes players do mercado para reduzir suas emissões e ingressar em uma rede como o Sistema B?

Trazer a Cultura para a centralidade do debate climático é um desafio. Se para enfrentar a crise climática precisamos diminuir drasticamente as emissões de gases que provocam o aquecimento global, precisamos repensar toda a forma de produção que sustenta nosso modo de vida. Capazes de fortalecer, através da arte, a cobrança sobre países desenvolvidos e empresas, e mestres em enfrentar com inovação e criatividade os desafios da transição energética e das soluções baseadas na natureza, os fazedores de arte e cultura podem e devem ser atores estratégicos na pauta climática.

2. Pensando uma “virada socioambiental” a partir da virada cultural

A virada cultural, proposta por Hall, é um bom indicador de como a produção de uma “virada socioambiental” pode transformar nossa compreensão de desenvolvimento econômico, ajustando-o às demandas reais das cidades e comunidades. A virada não é uma ruptura, mas uma reconfiguração, na qual passamos a entender a cultura como parte integrante da construção de qualquer tipo de discurso e, assim, aprendemos a utilizá-la ao nosso favor. Veja se não é exatamente isso que precisamos?

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), na última década, tem dedicado esforços para reconhecer o papel central da cultura no desenvolvimento sustentável. No documento Culture|2030 Indicators (2019) e na declaração final da Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (Mondiacult, 2022), são apresentadas contribuições da cultura para as implementações nacionais e locais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (UNESCO, 2019).

Nesse sentido, deve-se destacar que a crise climática afeta o dia a dia dos fazedores, agitadores, trabalhadores e pensadores da cultura, principalmente os localizados nas periferias e em comunidades racializadas, afetadas por enchentes, falta de coleta seletiva, secas e ondas de calor. E são esses trabalhadores, muitas vezes jovens como eu, que estão lidando diretamente com ações voluntárias de apoio local em momentos de eventos climáticos extremos ou de negligência e omissão das autoridades diante das condições socioambientais das comunidades.

Um exemplo: meu território, em Realengo, Zona Oeste do Rio de Janeiro, foi impactado pelo racismo ambiental durante seu crescimento desenfreado. Como produtora cultural de formação e atuação, acompanhei os agravantes dessa violência na produção da memória social do bairro. Por anos, ao pesquisar “Realengo” na maior plataforma de busca online do mundo, o principal resultado era a imagem de uma pessoa armada, em referência à tragédia ocorrida em uma escola do bairro em 2011. Essa sequência de fatores promoveu uma ideia de escassez, insegurança e medo, onde nem transportes pagos por aplicativo aceitavam circular pela região.

Somente agora, mais de dez anos depois, a mesma plataforma passou a destacar notícias sobre o Parque Susana Napolini, resultado de uma política pública de parques urbanos da Prefeitura do Rio. Essa iniciativa foi impulsionada pela luta popular de moradores de Realengo e da Zona Oeste por mais áreas verdes de lazer urbanas, resgatando a história dessa parte da cidade, que se desenvolveu cercada pelo concreto, mas que nem sempre foi assim (Mansur, 2011).

Sonhar com um parque perto de casa não foi fácil. Retomando Stuart Hall, ele aponta que, em cada contexto, os indivíduos convivem com aquilo que nomeia como “jogo de identidades” (Hall, 2006). Nesse jogo, ele reflete que os indivíduos podem tanto negar quanto afirmar

“A ‘virada socioambiental’ está em curso quando acionamos práticas culturais para a centralidade de discussões democráticas e contemporâneas, incluindo todos os setores que pensam a sociedade, na compreensão de que para salvaguardar nossa memória, proteger nossos territórios e remediar os impactos das mudanças climáticas, é necessária uma virada cultural na forma como entendemos nossa relação interpessoal com o meio ambiente.”

“A formalização das práticas culturais como ferramentas de educação climática para compartilhamento de informações seguras frente à crise que vivemos é, portanto, um caminho necessário e urgente.”

diferentes aspectos da sua identidade, que, por sua vez, é sempre passível de mudança, conforme novas representações e símbolos são apresentados. As coisas mudam, não é mesmo?

Nessa perspectiva, a identidade é compreendida como uma questão de pertencimento, que é fortalecido ou invisibilizado através da construção de narrativas em determinados contextos. Um parque urbano, ecológico, aberto à visitação e com programações gratuitas em Realengo muda a percepção de todas as pessoas sobre Realengo, transformando o lugar em um novo espaço na construção do imaginário dos moradores e dos canais de informação. Vale a pena conhecer Realengo e o parque, mas também vale a pena lembrar que o Parque Estadual da Pedra Branca, o Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha e o Parque Natural Municipal do Gericoó são áreas protegidas de Mata Atlântica que também já estavam por lá.

Falar de periferias e de biomas é reconhecer que, diante dos dilemas da produção de pertencimento com os territórios, a proteção dos biomas se torna um desafio ainda maior. Como iremos proteger algo que estamos esquecendo que ali existia antes do concreto e do asfalto? Para tanto, decolonizar⁸ nossas identidades e o processo de urbanização desenfreada é uma forma de contrapor essa desconexão, também fortalecendo a democracia através do interesse pela participação social nas políticas públicas que abordam cidades e, consequentemente, o meio ambiente.

A “virada socioambiental” está em curso quando acionamos práticas culturais para a centralidade de discussões democráticas e contemporâneas, incluindo todos os setores que pensam a sociedade, na compreensão de que para salvaguardar nossa memória, proteger nossos territórios e remediar os impactos das mudanças climáticas, é necessária uma virada cultural na forma como entendemos nossa relação interpessoal com o meio ambiente. Nesse sentido, é necessário abandonar o “habitar colonial” (Ferdinand, 2022) e construir a nossa verdadeira justiça climática, sendo ela: “Um desdobramento da justiça ambiental, que evidencia especificamente os impactos desproporcionais das mudanças climáticas sobre determinados grupos sociais” (Louback e Lima, 2022, p. 31).

A formalização das práticas culturais como ferramentas de educação climática para compartilhamento de informações seguras frente à crise que vivemos é, portanto, um caminho necessário e urgente. O que está acontecendo, quais são as previsões e o que pode ser feito agora para adiar o fim do mundo, conceito difundido por Ailton Krenak, ainda são temas restritos a uma bolha. Essa bolha vem crescendo, é claro, à medida que o aumento do número de mortes, resultado de eventos climáticos extremos, se torna recorrente, mas ainda assim não é o suficiente. Nosso protocolo de emergência precisa estar na mesa do bar, com uma cultura de risco solidificada e compartilhada com agentes culturais que agregam pessoas em torno de rodas de rima, rodas de samba, exposições, festejos, festas, rodas de conversa, igrejas, blocos de carnaval e demais expressões artísticas.

3. Nem tudo que reluz é ouro: quando as soluções não combatem de fato o problema

Já há alguns anos o setor cultural cresce em paralelo a uma onda chamada de *greenwashing*, quando o que se divulga é muito diferente do que realmente se faz em relação à emergência climática. Empresas bilionárias, produtoras de plástico, recordistas em poluição dos mares e responsáveis por deslocamentos climáticos seguem projetando ações de sustentabilidade em espaços de visibilidade, sem se comprometer com uma mitigação real do dano causado nos territórios. Investem milhões em marketing, mas nem perto disso em pesquisa e inovação para adaptação de suas práticas predatórias.

8. Decolonialidade é uma forma de pensar em contraponto à hegemonia da predominante cultura ocidental, resgatando raízes pré-colonização ou não colonizadas, que coexistem em harmonia com o meio ambiente. Para mais informações: Grosfoguel, 2008.

O *greenwashing*, termo que se refere à “lavagem verde”, uma estratégia de limpeza de imagem por meio da associação de marcas a pautas ambientais, está crescendo de forma alarmante, estampando prêmios e editais enquanto disfarça crimes e irresponsabilidades. A lacuna legislativa no setor cultural não oferece alternativas para o financiamento, que é altíssimo em grandes eventos, tornando a estratégia de incentivo privado um caminho oposto ao que os tempos atuais exigem. Muito marketing, pouco para garantir que, por exemplo, megafestivais deixem de estampar manchetes sobre trabalho análogo à escravidão (G1, 2024).

Se falarmos sobre a descarbonização do financiamento para o setor cultural, a questão se torna ainda mais complexa, já que o setor usufrui do dinheiro proveniente de isenção fiscal por meio das leis de incentivo à cultura (Erbert, 2016), destinando impostos de empresas, muitas delas parceiras do desmatamento, para projetos culturais selecionados. Como por exemplo, o Instituto Cultural Vale, que há quatro anos, segundo site da própria empresa, é o maior investidor da cultura no Brasil (Vale, 2024). No entanto, a mineradora é responsável por crimes ambientais de impactos irreversíveis, como os casos de Brumadinho e Mariana (Greenpeace, s.d.).

Indo além, a petroquímica Braskem protagonizou uma ação de descarte adequado de itens plásticos em um dos maiores festivais da cena musical, o Rock in Rio (Braskem, 2022), gerando comentários positivos sobre a empresa. No entanto, essa ação se sobrepôs a notícias como a de Dona Pureza, que em novembro de 2024, tirou a própria vida e a de sua filha, deixando um bilhete no qual culpa a Braskem por afundar a comunidade do Flexal, em Maceió, e impor isolamento social aos moradores da região (Jornal Extra, 2024).

Um país que presidiu o G20 e vai sediar a reunião da cúpula do BRICS e a COP30 — três grandes eventos — precisa promover o diálogo interministerial entre cultura (Ministério da Cultura - MinC) e meio ambiente (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMAMC). Daí, implementar leis de incentivo, editais e mecanismos de fomento que construam caminhos de enfrentamento da crise climática, promovendo uma sustentabilidade que vá além de copos eco e ecobags, e em parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a Secretaria Nacional de Periferias. No entanto, todos estão tratando de adaptação e mitigação de forma separada, com participação social restrita a nichos. Essa velocidade não dá conta da emergência.

“Como destacou o doutor e professor quilombola do Piauí, Antônio Bispo (2015), o modus operandi atual está invertido. É preciso transformar a lógica do desenvolvimento exploratório na lógica da biointeração, ou seja, uma lógica de prosperidade que estabelece uma conexão equilibrada e assertiva entre nós e o meio ambiente, em contraponto a esse modelo de desenvolvimento que se diz sustentável, mas que, na prática, não se sustenta.”

As atividades culturais são uma das formas mais eficazes de comunicação em massa. É necessário construir passos legislativos e promover debates amplos que defendam, no presente, o nosso amanhã. Como destacou o doutor e professor quilombola do Piauí, Antônio Bispo (2015), o modus operandi atual está invertido. É preciso transformar a lógica do desenvolvimento exploratório na lógica da biointeração, ou seja, uma lógica de prosperidade que estabelece uma conexão equilibrada e assertiva entre nós e o meio ambiente, em contraponto a esse modelo de desenvolvimento que se diz sustentável, mas que, na prática, não se sustenta. A lógica de desenvolvimento vigente mantém um discurso sobre reduzir, reciclar e reutilizar, mas não apresenta estratégia, logística, ou informações acessíveis para que a população encontre, por exemplo, lixeiras identificadas, coletas seletivas regulares e cooperativas em pleno funcionamento. Quem se beneficia com isso?

A “virada socioambiental” em torno da pauta das mudanças climáticas que estamos abordando é uma metodologia que precisa ser incorporada para a garantia do direito à vida nas periferias. As mudanças no clima já estão apresentando consequências catastróficas que resultam em mortes. O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023) destaca a importância da adaptação para reduzir os impactos das mudanças já em andamento e chama atenção para a falta de financiamento nesse tema. O documento ainda aponta que os povos originários, as comunidades quilombolas e as populações periféricas estão em um momento tênue entre viver e sobreviver.

É consenso durante as Conferências das Partes (COPs) que a responsabilidade financeira pelas decisões tomadas até aqui precisa ser atribuída às grandes economias (Rizzo, 2024), majoritariamente lideradas por aqueles que sempre exploraram tudo e todos ao seu redor, sem enfrentar as consequências diretas dessa produção exploratória. É injusto. E essas injustiças se manifestam de formas diferentes ao redor do mundo. Estamos vivenciando uma

crescente frequência de eventos extremos, ou seja, temos mais tragédias climáticas acontecendo em todo o mundo, com poucas ações efetivas de como lidar com elas, tornando-as cada vez mais graves.

Redução de emissões, mitigação e financiamento para adaptação com foco nos países em desenvolvimento foram temas abordados na COP29, no Azerbaijão, mas os resultados foram considerados insuficientes, segundo o relatório do LACLIMA (2024). Em contraponto, a regulação do mercado de carbono, pauta de grande interesse do setor privado, apresentou avanços que prometem contribuir com o financiamento para reflorestamento em países emergentes (Jornal Nacional, 2024). Será que essa lógica irá promover uma reconexão com os nossos biomas, que é o que a gente realmente precisa?

A biointeração proposta por Nego Bispo aponta, através da memória da casa de farinha e da cosmovisão yanomami, que a prosperidade se constrói a partir do momento em que o melhor lugar para a água é no curso do rio, o melhor lugar para a mandioca é na terra, com colheitas sazonais, e que as relações de respeito e cuidado mútuos com a natureza e com o próximo são o caminho. Ele também afirma que:

Precisamos (...), principalmente e acima de tudo, fazer uma profunda reflexão sobre a distância radical que existe entre o processo de reciclagem e os processos de reedição da natureza, para, então, compreendermos a real diferença entre o chamado desenvolvimento sustentável e o que estamos chamando aqui de biointeração. No desenvolvimento sustentável a tríade “reduzir, reutilizar e reciclar” tem como pano de fundo o problema do uso indiscriminado de recursos naturais finitos e não renováveis nos processos de sintetização e de manufaturamento, característicos do desenvolvimentismo. Ou seja, afirma-se a necessidade de transformação do orgânico em sintético como algo inquestionável que inevitavelmente levará a humanidade a uma situação de miséria, fome e escassez generalizada (Bispo, 2015, p. 98).

E é com essa sabedoria que a “virada socioambiental” se fortalece, mais uma vez sendo reforçada por corpos periféricos, atingidos pelas violências territoriais e que, através de sua própria cultura, memória e pertencimento, encaram a vida com abundância, não através da riqueza material, mas sim da inteligência ancestral de construção de um convívio harmônico com todos os elementos. Essa precisa ser a nossa prioridade, teórica, prática e legislativa.

A inédita pesquisa “Cultura e Clima”, uma parceria entre o C de Cultura, Outra Onda Conteúdo e o Instituto Veredas, aponta, com um olhar transversal e global, os desafios que a agenda, mesmo em expansão, ainda enfrenta:

Observamos avanços significativos na narrativa e nos consensos relacionados à integração das agendas de cultura e clima. Discursos de gestores(as) e de representantes da sociedade civil têm cada vez mais reconhecido a importância de considerar fatores culturais e climáticos de maneira integrada e justa. No entanto, apesar desse progresso no nível retórico, ainda enfrentamos uma carência de ações concretas e de institucionalização política que realmente promovam a transformação necessária. A implementação efetiva dessas agendas exige mais do que palavras; requer compromissos políticos firmes, financiamento estratégico direcionado tanto para o nível governamental quanto comunitário e estruturas institucionais robustas que possam transformar a retórica em realidade. Sem essas ações tangíveis, a integração plena das agendas de cultura e clima com uma lente de equidade continuará ocorrendo de forma pontual, sem alcançar o potencial benefício sistêmico (Artuso, 2024, p. 80).

4. As periferias têm a resposta: práticas culturais que impulsionam o debate climático

Bem, por onde começar é sempre um mistério. Mas e que tal se avaliarmos que esse processo já começou? Como exemplos de causas que são impulsionadas através de atividades culturais, podemos citar a Virada Cultural “Amazônia de Pé”, no âmbito nacional, o Festival “Justiça por Marielle e Anderson”, no Rio de Janeiro, e a “Resenha Climática”, itinerante.

Na “Resenha Climática: O Clima é de Arte”, realizada pela Coalizão O Clima é de Mudança em parceria com o Perifalab e o Instituto Ademaia, este último com forte atuação territorial no Morro do Santo Amaro, no Rio de Janeiro, uma batalha de conhecimento sobre as mudanças climáticas impulsionou o debate sobre racismo ambiental e coleta seletiva na Roda Cultural do Santo Amaro, que acontece na comunidade todos os sábados. Ativistas, artistas, moradores, adultos e crianças, interagiram com a cultura hip hop, escutando a rima de cada rapper que transformava temas que ainda são muito delimitados à comunidade climática em poesia. O evento também promoveu uma exposição chamada “Santuário”, onde obras de arte de temática ambiental e afrofuturista, produzidas por artistas periféricos, apresentavam a importância de liderarmos o debate sobre os cuidados com o planeta. Da gente, a gente sabe.

Imagem 1. Desfile sustentável e performance do Instituto Arteiros no evento “Resenha Climática: O Clima É de Arte”, no morro do Santo Amaro - RJ, por iniciativa da Coalizão O Clima é de Mudança



Fonte: Baroni (2024).

Já a Virada Cultural “Amazônia de Pé” surge como estratégia de conscientização em torno do projeto de lei de iniciativa popular “Amazônia de Pé”, que visa proteger as florestas públicas da Amazônia, destinando-as a quem mais sabe como protegê-las: povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos extrativistas e unidades de conservação. O evento, que foi descentralizado em 2024, aconteceu em várias partes do país em atividades autogestionadas, reunindo pessoas envolvidas com o tema e outras com curiosidade para trocar sobre nossa responsabilidade coletiva, e não só em relação à Amazônia, mas também a todos os biomas que nos cercam e estão sob constante risco. Para o projeto de lei ir em frente, são necessárias um milhão e meio de assinaturas, coletadas a cada ação que a organização realiza. A Amazônia de Pé desperta consciências, mobiliza ações práticas e engaja uma comunidade de voluntários em torno do tema. Contudo, tudo isso não foi suficiente para garantir um aporte

financeiro robusto, o que impediu que a Virada Cultural voltasse a ocupar uma praça lotada, como aconteceu em 2022.

Imagem 2. Festival “Amazônia de Pé” no Museu de Arte Moderna do Rio, 2022



Fonte: Pinheiro (2022).

O Festival “Justiça por Marielle e Anderson”, que em 2025 será realizado pelo quarto ano consecutivo, é a forma que o Instituto Marielle encontrou para denunciar o assassinato da vereadora Marielle Franco, em 14 de março de 2018. Os responsáveis foram, em 31 de outubro de 2024 – 6 anos depois do crime – julgados e condenados a cumprir pena em regime fechado. Seis anos depois. A impunidade contribui para a reincidência da violência política contra mulheres negras defensoras de direitos, como no caso das vereadoras Tainá de Paula e Thais Ferreira, além da deputada Talíria Petrone, que denunciaram ameaças nas eleições de 2024.

Imagem 3. Festival Justiça por Marielle e Anderson, na Praça Mauá - RJ



Fonte: Acervo Instituto Marielle Franco (2023).

E o que isso tem a ver com pautas climáticas? O Instituto organiza, no mês de março, o “Março por Marielle”, no qual a rede de ativistas chamada “Rede Sementes” impulsiona ações descentralizadas em defesa da democracia, promovendo a justiça e o respeito à memória de Marielle e Anderson. Com a Agenda Marielle Franco e os eventos contínuos que transversalizam a agenda por direitos com as lutas sociais nos territórios, encontramos, nesse circuito, uma pauta de justiça climática bem latente. E é com essa interseccionalidade que o Instituto

Marielle Franco chega ao 14M⁹ com o festival “Justiça por Marielle e Anderson” na Praça Mauá, atingindo um público de 20.000 pessoas, além daquelas conectadas online e espalhadas por todo o Brasil e pelo mundo.

Para que esses exemplos estejam destacados aqui, uma equipe com formação transversal e vivência territorial esteve à frente dos processos. Esse é também o motivo pelo qual democracia, ecologia e direitos humanos estão tão presentes nos temas abordados. Para integrar as agendas de cultura e clima, é fundamental contar com financiamento recorrente e apoio institucional para projetos que possuam essas características; focando na formação técnica e ambiental dos agentes culturais.

5. Conclusão

Os exemplos apresentados atravessam uma pauta urgente para o nosso futuro. Como foi apontado, iniciativas como essas não recebem os milhões de reais e o apoio destinados ao Amazônia Live do Rock in Rio¹⁰, projeto socioambiental do conhecido festival, com apoio massivo de empresas privadas e conexão com a COP30. Quem conecta clima e cultura ainda é enquadrado no “ativismo”, uma categoria que não é contemplada pela legislação cultural. Esse cenário reforça o abandono e a invisibilização da gravidade da emergência climática, tornando o Brasil inclusive um dos líderes no ranking de países que mais matam ativistas ambientais no mundo (Pontes, 2024). A morte de quem denuncia é financiada, enquanto sua sobrevivência criativa tem o financiamento negado, tudo isso em meio ao agravamento da crise.

Ao tratar a cultura como produção discursiva e processo construtor de identidade, Hall (1997, p. 29) conceituou “virada cultural”, uma análise sobre como nossos consensos, enquanto sociedade influenciam nosso modo de vida e moldam nossa compreensão compartilhada de mundo, destacando certos temas, enquanto outros permanecem às margens. O que chamamos de “virada socioambiental” está intimamente ligado a essa compreensão, impulsionando o entendimento de que Cultura, com C maiúsculo, é a palavra que utilizamos para denominar a soma de diferentes modos de pensar e agir, que se relacionam com o território e que através da linguagem, nomeiam e classificam diferentes ações, produzindo nossas identidades. Nesse cenário, compreende-se que viver é um ato cultural e que a linguagem é mutável. E a mudança é o que precisamos: uma recuperação da identidade do Brasil, verde e abundante.

O que precisamos para combater a crise climática é de um movimento de reparação e ampliação do olhar, que entenda que a crise é hoje, é agora, e exige participação de todos nós, com novas prioridades elencadas. Por isso uma mudança cultural é necessária, organizando o debate em torno de soluções baseadas na cultura. Discutir formação ampliada, legislação cultural, financiamento climático, sustentabilidade e ESG é essencial. É fundamental falar, pesquisar, produzir dados e encaminhar protocolos de regeneração para o setor, garantindo sua implementação com uma visão progressista e ágil — não apenas em nome da COP30, mas, sobretudo, em nome da nossa gente, presentes nas favelas, periferias e baixadas do Brasil. ■

9. Resignificação do 14 de março de 2018.

10. Amazonia Live – O projeto socioambiental do Rock in Rio – para mais informações [aqui](#).

Referências

1. Agenda Realengo (2022) *Glossário da Justiça Climática da Agenda Realengo 2030*.
2. Artuso, E. (2024) 'Justiça Climática e Direitos das Mulheres na Cadeia da Moda', in C de Cultura, Outra Onda Conteúdo, Instituto Veredas (eds.) *Cultura e Clima*, pp. 76-82. Disponível em: https://www.veredas.org/wordpress/wp-content/uploads/2024/11/relatorio_cultura-e-clima.pdf (Acesso: 08 jan. 2025).
3. Baroni, A. (2024) *Desfile sustentável e performance do Instituto Arteiros no evento "Resenha Climática: O Clima É de Arte" no morro Santo Amaro, RJ*.
4. Bispo, A. (2015) *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI.
5. Brasil (2023) *Estudo mostra que PIB da economia da cultura e das indústrias criativas supera o da indústria automobilística*. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/estudo-mostra-que-pib-da-cultura-supera-o-da-industria-automobilistica> (Acesso: 10 mar. 2025).
6. Braskem (2022) *Braskem no Rock In Rio: Transformar o plástico dá Rock*. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/detalhe-noticia/braskem-no-rock-in-rio-transformar-o-plastico-da-rock> (Acesso: 8 dez. 2024).
7. C de Cultura, Outra Onda Conteúdo, Instituto Veredas (Org.) (2024) *Cultura e Clima*. Disponível em: https://www.veredas.org/wordpress/wp-content/uploads/2024/11/relatorio_cultura-e-clima.pdf (Acesso: 08 jan. 2025).
8. Erbert, E. (2016) 'Leis de incentivo à cultura no Brasil', *Jusbrasil*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/leis-de-incentivo-a-cultura-no-brasil/249378993?msocid=3e1295ca43c6640f077187e242506596> (Acesso: 10 fev. 2025).
9. Ferdinand, M. (2022) *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora.
10. G1 (2024) 'MPT afirma que 14 trabalhadores de uma empresa terceirizada foram resgatados em situação análoga à escravidão durante o Rock in Rio 2024', *G1*, 18 dezembro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/12/18/mpt-afirma-que-14-trabalhadores-de-uma-empresa-terceirizada-foram-resgatados-em-situacao-analoga-a-escravidao-durante-o-rock-in-rio-2024.ghtml> (Acesso: 10 fev. 2025).
11. Greenpeace (s.d.) *O crime da Vale em Brumadinho*. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/o-crime-da-vale-em-brumadinho/> (Acesso: 10 jan. 2025).
12. Grosfoguel, R. (2008) 'Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, pp.115-147.
13. Hall, S. (1997) 'A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo', *Educação & Realidade*, 22(2).

14. Hall, S. (2006) *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.
15. Instituto Marielle Franco (2023) *Festival Justiça por Marielle e Anderson, na Praça Mauá - RJ*.
16. IPCC Intergovernmental Panel on Climate Change (2023) *AR6 Synthesis Report: Climate Change*. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/> (Acesso: 17 mar. 2025).
17. Jornal Extra (2024) 'Morre filha de idosa que se suicidou e deixou bilhete culpando a Braskem', *Jornal Extra*, 21 novembro. Disponível em: <https://ojornalextra.com.br/noticias/maceio/2024/11/109754-morre-filha-de-idosa-que-se-suicidou-e-deixou-bilhete-culpando-a-braskem> (Acesso: 08 dez. 2024).
18. Jornal Nacional (2024) 'COP29: mercado de carbono pode injetar muito dinheiro nas economias de países emergentes', *G1*, 12 novembro. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/11/12/cop29-mercado-de-carbono-pode-injetar-muito-dinheiro-nas-economias-de-paises-emergentes.ghtml> (Acesso: 10 jan. 2025).
19. LACLIMA (2024) *Observatório do Acordo de Paris: Resumão da COP 29*. Disponível em: <https://laclima.org/acordoparis/resumao-da-cop-29/> (Acesso: 10 jan. 2025).
20. Louback, A. C. e Lima, L. M. R. T. (org.) (2022) *Quem precisa de justiça climática no Brasil?* [S. l.]: Gênero e Clima; Observatório do Clima.
21. Mansur, A. L. (2011) *O velho oeste carioca: mais histórias da ocupação da zona oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris.
22. Pinheiro, A. (2022) *Festival "Amazônia de Pé" no Museu de Arte Moderna do Rio*.
23. PNUD (2021) *PNUD e Universidade de Oxford realizam maior pesquisa global de opinião pública sobre a mudança do clima*. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/pnud-e-universidade-de-oxford-realizam-maior-pesquisa-global-de-opiniao-publica-sobre-mudanca-do-clima> (Acesso: 10 mar. 2025).
24. Pontes, N. (2024) 'Brasil é o segundo país do mundo que mais mata ambientalistas', *Notícias UOL*, 10 setembro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2024/09/10/brasil-e-o-segundo-pais-do-mundo-que-mais-mata-ambientalistas.htm> (Acesso: 8 dez. 2024).
25. Rizzo, L. 'COP29 propõe que países ricos paguem US\$ 250 bi por ano aos países em desenvolvimento', *Exame*, 22 novembro. Disponível em: https://exame.com/esg/presidencia-da-cop29-acelera-passo-e-divulga-metas-de-financiamento/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamento (Acesso: 08 dez. 2024).
26. UNDP (2024) *UNDP in collaboration with Oxford University and GeoPoll, 2024 - Pesquisa Peoples Climate Vote*. Disponível em: <https://peoplesclimate.vote/> (Acesso: 17 mar. 2025).
27. UNESCO (2019) *Culture | 2030 indicators*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371562> (Acesso: 17 mar. 2025).
28. UNESCO (2022) *Declaração final Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT 2022)*. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382887_por (Acesso: 17 mar. 2025).
29. Vale (2024) *Vale é a maior apoiadora da Cultura no país pelo quarto ano consecutivo*. Disponível em: <https://vale.com/w/vale-e-a-maior-apoiadora-da-cultura-no-pais-pelo-quarto-ano-consecutivo> (Acesso: 8 dez. 2024).